LEI Nº 955/2.002

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR CONVÊNIOS COM O ESTADO DE SÃO PAULO E A SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA, DELEGANDO O EXERCÍCIO DE COMPETÊNCIA DE TRÂNSITO ATRIBUÍDAS AO MUNICÍPIO PELA LEI FEDERAL 9.503/97 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALÉRIO ANTÔNIO GALANTE, Prefeito Municipal de Serrana, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais;

FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo do Município de SERRANA, autorizado a celebrar com o estado de São Paulo, através da Secretaria da Segurança Pública, objetivando disciplinar as atividades previstas no Código de Trânsito Brasileiro, Convênio delegando as competências de trânsito atribuídas ao Município, pela Lei Federal 9.503, de 23 de setembro de 1997.

Art. 2º. O convênio a ser celebrado nos moldes da minuta em anexo.

Art. 3º. A arrecadação das multas decorrentes do convênio será feita diretamente pela Municipalidade.

Art. 4º. O Prefeito Municipal poderá promover, em relação a minuta padrão, as adequações que entender necessárias ou assim venha a entender, consideradas as específicas do Município.

Art. 5º. Para despesas eventualmente decorrentes da presente lei e da execução do convênio por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementares quando necessárias.

Art. 6º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL ESTRELA D'ALVA
18 de outubro de 2002

VALÉRIO ANTÔNIO GALANTE
PREFEITO MUNICIPAL

PUBLICADA NA SECRETARIA DA PREFEITURA
NA DATA SUPRA NO LOCAL DE COSTUME

VALÉRIO ANTÔNIO GALANTE
PREFEITO MUNICIPAL

TERMO DE CONVÊNIO N°

Convênio que entre si celebram o ESTADO DE SÃO PAULO, por intermédio da Secretaria da Segurança Pública, e o MUNICÍPIO DE SERRANA, objetivando disciplinar as atividades previstas no Código de Trânsito Brasileiro.

Aos ***** dias do mês de ***** de 2.00**, o Estado de São Paulo, doravante designado ESTADO, por intermédio da Secretaria de Segurança Pública, neste ato representada pelo Titular da Pasta ***** , nos termos da autorização constante do Decreto Estadual nº 43.133, de 1º de junho de 1.998, e o MUNICÍPIO DE SERRANA, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Antônio Valério Galante, devidamente autorizado pela Lei Municipal nº***** , de ***** , de 2.00** , doravante designado MUNICÍPIO, com base nos ditames constitucionais e legais vigentes, e no art. 25 da Lei 9.503, de 23 de setembro de 1.997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro, por esta e na melhor forma de direito, celebram o presente convênio, de conformidade com as cláusulas seguintes:

CLÁUSULA I – DO OBJETO

Este convênio tem por objeto a delegação conferida ao ESTADO, pela Lei Municipal nº***** , de ***** , de 200** , para o exercício das competências que a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1.997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro, atribuiu ao MUNICÍPIO.

CLÁUSULA II – DAS COMPETÊNCIAS DELEGADAS

Para execução deste ajuste, o MUNICÍPIO delega ao ESTADO o exercício das atribuições a seguir discriminadas, conforme disposto no art. 24 do Código de Trânsito Brasileiro:

- I. operar o trânsito de veículos, de pedestres e de animais e promover o desenvolvimento da circulação e da segurança de ciclistas;
- II. operar o sistema de sinalização, os dispositivos e os equipamentos de controle viário;
- III. executar a fiscalização de trânsito, autuar e aplicar as medidas administrativas cabíveis, por infrações de circulação, estacionamento e paradas previstas neste Código, no exercício regular do Poder de Polícia de Trânsito;
- IV. aplicar as penalidades de advertência por escrito e multa, por infrações de circulação, estacionamento e parada prevista neste Código, notificando os infratores;
- V. fiscalizar o cumprimento da norma contida no art. 95, da Lei nº 9.503/97, aplicando as penalidades previstas;
- VI. credenciar os serviços de escolta, fiscalizar e adotar medidas de segurança relativas aos serviços de remoção de veículos, escolta e transporte de carga indivisível;
- VII. registrar e licenciar, na forma da legislação, ciclomotores, veículos de tração e propulsão humana, aplicando penalidades decorrentes de infrações;
- VIII. conceder autorização para conduzir veículos de propulsão humana e de tração animal;
- IX. vistoriar veículos que necessitem de autorização especial para transitar e estabelecer os requisitos técnicos a serem observados para a circulação desses veículos.

CLÁUSULA III – DO EXERCÍCIO DAS COMPETÊNCIAS

Ao ESTADO, além das atribuições delegadas, caberá exercer as demais competências próprias como previsto na legislação de trânsito, inclusive aplicar a pena de multa de trânsito e proceder à sua arrecadação respeitada a competência municipal prevista na Cláusula VI.

CLÁUSULA IV – DOS RECURSOS HUMANOS E MATERIAIS

Os recursos humanos e materiais a serem disponibilizados pela Polícia Militar do Estado de São Paulo e pelo Departamento Estadual de Trânsito DETRAN, durante a vigência deste convênio, serão unicamente aqueles já em disponibilidade no MUNICÍPIO conveniente, na data da assinatura deste instrumento.

Parágrafo Único. Visando ao maior aproveitamento dos recursos humanos e materiais alocados pelo ESTADO, o MUNICÍPIO, quando solicitado, colocará a disposição dos órgãos envolvidos, servidores para a prestação de serviços administrativos e recursos necessários ao bom desempenho dos serviços e execução deste Convênio.

CLÁUSULA V – DAS ÁREAS DE COLIDÊNCIA E COLABORAÇÃO MÚTUA

Os órgãos de trânsito do ESTADO, através do Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN e suas Circunscrições Regionais de Trânsito, bem como o do MUNICÍPIO, deverão eliminar áreas de colidência em suas atividades, colaborando para o aperfeiçoamento das mesmas, a fim de implementar uma integração operacional, visando a arrecadação dos débitos originários de multas por ocasião de licenciamento dos veículos, registrados em quaisquer municípios do Estado de São Paulo, bem como proporcionar o pronto acesso aos cadastros de veículos, condutores e multas, sempre que necessário.

CLÁUSULA VI – DA ARRECADAÇÃO DAS MULTAS

O MUNICÍPIO opta por promover, privativamente, como receita própria, a arrecadação do valor das multas previstas na legislação de trânsito por infrações praticadas no uso das vias terrestres do território municipal, relacionadas na Lei 9.503, de 23 de setembro de 1.997 – Código de Trânsito Brasileiro.

Parágrafo Único. As autuações lavradas pela Polícia Militar do Estado de São Paulo, em talonário do Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN, deverão ser encaminhadas, mensalmente, à Municipalidade, para o processamento e arrecadação.

CLÁUSULA VII – DO VALOR

O presente convênio é celebrado sem qualquer ônus para o ESTADO, que se obriga, por intermédio da Polícia Militar do Estado de São Paulo e do Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN, a disponibilizar e utilizar apenas e tão-somente os recursos humanos e materiais nesta data existentes no MUNICÍPIO.

CLÁUSULA VIII – DA VIGÊNCIA, DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA.

O presente convênio vigorará por 01 (um) ano, contados da data de sua assinatura, permitida uma única prorrogação, automática, por igual período.

Parágrafo Único. Este convênio, além da expiração natural de sua vigência, poderá ser rescindido por infração legal ou descumprimento de suas cláusulas, ou denunciado, por desinteresse unilateral ou consensual, mediante aviso escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA IX – DA REVISÃO E DO ADITAMENTO.

Havendo legislação superveniente, este convênio poderá ser revisado ou aditado, mediante solicitação dos partícipes.

CLÁUSULA X – DAS DISPOSIÇÕES COMUNS

As dúvidas que eventualmente surgirem na execução do presente convênio, assim como as divergências e casos omissos, serão dirimidos por via de entendimento entre os partícipes, ouvidos os órgãos envolvidos.

CLÁUSULA XI – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca da Capital para dirimir as questões decorrentes da execução deste convênio, que não forem resolvidas na forma prevista na Cláusula Décima.

E por estarem certos e ajustados, foi lavrado este instrumento em 2 (duas) vias originais digitadas apenas no anverso, assinada a última folha e rubricadas as anteriores, ficando 01 (uma) via com o ESTADO e a outra com o MUNICÍPIO, tudo na presença de duas testemunhas, para que surta todos os efeitos legais.

SECRETÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA

PREFEITO MUNICIPAL

Testemunha

1. _____.

2. _____.